

Parceria Escola-Família: uma meta possível e desejável para a Educação

Por Flori Jane Pizeli Teixeira Spósito*

Quando se fala em relações humanas, fala-se, na realidade, de uma vasta e complexa gama de variáveis que convergem para dar lugar a uma troca das mais difíceis, por envolver aspectos sutis e sensíveis da personalidade humana. As relações entre pessoas são caracterizadas por inúmeros pontos de convergência e, outros, tantos, de divergência, marcados por características de personalidade, caráter, crenças, princípios, convicções ou, simplesmente, pelos ruídos de comunicação.

Quando em relação, as pessoas precisam, necessariamente, proceder a uma retirada do “si mesmo” e a uma aceitação do outro, para estabelecerem um verdadeiro contato, uma relação empática e simétrica. Sem esse movimento, dificilmente haverá compreensão entre ambos e uma abertura real para o encontro.

O homem é um ser eminentemente social; entretanto, precisa aprender para estar neste mundo, diferentemente dos animais, cuja vida instintiva é dada de princípio. É por meio da aprendizagem, “na” e “em” relação com outras pessoas, que o ser humano é inserido no universo cultural e simbólico que o precede e constitui, sendo a família e a instituição escolar os maiores responsáveis por grande parte desse processo, à medida que vão apresentando o mundo à criança e ao jovem.

A história de uma pessoa tem início antes mesmo do seu nascimento; em situações favoráveis, embalada nos sonhos e planos dos pais para seus filhos, ou, em circunstâncias contrárias, pelos aspectos adversos que compõem a realidade dos mesmos. As relações e identificações da criança, nesse estágio inicial de vida, com as figuras paternas, ou com os cuidadores substitutos, formarão a base das relações e das futuras identificações da criança no ambiente social extenso. Dessa forma, os vínculos estabelecidos no meio familiar são fundamentais para estabelecer o padrão relacional da criança com as outras pessoas que farão parte de sua história. Contudo, os vínculos familiares serão, gradualmente, substituídos por outros, mais complexos, principalmente no ambiente escolar, uma vez que essa instituição é parte integrante do processo de formação pessoal previsto em nossa sociedade.

No contato com diferentes tipos de pessoas e, conseqüentemente, tipos de culturas e situações individuais ou grupais, a criança tem a oportunidade de criar vínculos diversificados, em diferentes níveis de amadurecimento, e que, por isso mesmo, favorecem o seu crescimento e sua estruturação pessoal. As vivências que atendem aos interesses coletivos complementam as referências adquiridas no contexto mais íntimo da constelação familiar, calcadas em interesses individuais, ampliando-as e enriquecendo-as.

A criança descobre-se, progressivamente, integrada a um espaço que, além de ser diverso, é também exterior ao espaço familiar, com outras normas, características e vivências. Essa conquista de um espaço próprio precisa ser respeitada e valorizada pela família, pois proporciona um crescimento emocional e uma expansão social indispensáveis à emancipação infantil. A inserção da criança na vida escolar revela-se importante justamente por proporcionar a ampliação dos vínculos afetivos e sociais já mencionados, e por favorecer a conquista da autonomia e independência pessoal, implicando em uma superação do envolvimento estritamente parental pela apropriação de recursos próprios e singulares para lidar com as situações do dia a dia, dentro e fora da escola.

Escola e família são, portanto, instituições complementares e indispensáveis ao desenvolvimento do ser humano e, diante de tais evidências, torna-se facilmente compreensível a relevância da construção de uma verdadeira parceria entre ambas. O que

se observa, no entanto, é um distanciamento, muitas vezes disfarçado por participações parciais da família na vida escolar dos filhos. Essa situação decorre, em parte, de uma tradição de sobrevalorização do saber dos profissionais da escola em detrimento dos conhecimentos da família, e o conseqüente estabelecimento de uma relação assimétrica, de submissão, de não-escuta e de desautorização do saber parental.

A aproximação entre essas duas entidades é indispensável, porém precisa assentar-se em bases simétricas. Escola e família precisam estabelecer uma parceria de forma democrática, compartilhando o poder de decisão e planejando, em conjunto, as ações que melhor atendam e beneficiem a criança.

Os pais têm atribuído à escola a responsabilidade não apenas de instruir, mas de educar os alunos, preferindo o contato prazeroso com os filhos aos contatos de controle e cobrança de atitudes. Alegam falta de tempo para cuidar dos filhos, em função das atividades profissionais cada vez mais intensas, e demonstram, via de regra, uma grande dificuldade para organizar suas vidas e educá-los no contexto da sociedade contemporânea, caracterizada pelo discurso da diversidade e pela falta dos modelos e padrões rígidos, típicos da visão positivista do “certo e errado”. Contraditoriamente, não valorizam, em igual medida, o professor, a escola e o estudo, evidenciando seu descontentamento e queixando-se da dificuldade da escola em lidar com os aspectos pedagógicos e, principalmente, os disciplinares.

A escola, por sua vez, afirma que o êxito do processo educacional depende, em grande parte, da participação efetiva da família, que deveria acompanhar detalhadamente todos os aspectos relacionados ao desenvolvimento dos filhos e assumir o papel de autoridade diante dos mesmos. Os professores ressentem-se do excesso de responsabilidade que lhes foi transferido, alegando que tais tarefas os desviam de sua função original, relacionada aos conteúdos curriculares e ao desenvolvimento cognitivo do aluno. Ao mesmo tempo, oferecem uma forte resistência à participação efetiva dos pais dentro dos muros escolares, elegendo como valiosa a colaboração dos mesmos, preferencialmente, em atividades externas, como lição de casa e orientações disciplinares.

Nesse cenário, delinea-se como necessária a construção de uma relação plenamente participativa, em que os pais compartilhem decisões e responsabilidades com os educadores, atuando de maneira (co)operativa na tomada de decisões auto compostas diante dos problemas considerados. A escola tem um papel fundamental na viabilização dessa parceria e, para que esse processo tenha o êxito desejado, precisa abrir espaço para a participação dos familiares e resgatar alguns elementos essenciais a uma relação pautada na confiança mútua, na credibilidade e, fundamentalmente, no respeito à diversidade humana.

O relacionamento entre a escola e a família de indivíduos com deficiências ou necessidades educacionais especiais está entre os mais difíceis, tornando-se imprescindível a criação de novas formas de comunicação, as quais devem incluir a compreensão das necessidades e das inúmeras dificuldades enfrentadas pela família. À escola compete propiciar maior apoio aos pais, permitindo que sejam parceiros ativos na tomada de decisões e no planejamento educacional de seu filho, respeitando, no entanto, sua liberdade para decidir seu grau de participação nessa parceria. O fortalecimento dessa relação requer vontade política, principalmente por parte das instituições, assegurando o envolvimento de equipes multidisciplinares, a capacitação contínua de todos os envolvidos (incluindo-se a família e o próprio aluno) e a ampliação de serviços de apoio às famílias, por meio de parcerias com outras instituições da comunidade.

Família e escola são referenciais decisivos para a constituição humana. É, portanto, possível, e altamente desejável, que caminhem juntas, sem com isso perder sua identidade e características próprias; sem que se desviem da direção e dos objetivos específicos, progredindo na consolidação dos objetivos comuns: a formação do “ser”, do cidadão ético e crítico, que se assuma como sujeito de sua própria existência, e possa exercer sua cidadania e uma ação transformadora no mundo.

* **Flori Jane Pizeli Teixeira Spósito** é psicóloga, com especialização em Psicanálise no Sedes Sapientiae, pós-graduada em Psicopedagogia no Centro Universitário FIEO, coordenadora pedagógica do 2º ao 5º ano do Ensino Fundamental do Colégio Objetivo.